



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13968 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

**AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: UMA METAPESQUISA SOBRE OS DESAFIOS DA INCLUSÃO**

Laelia Carmelita Portela Moreira - UNESA - Universidade Estácio de Sá

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERJ

**AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: UMA METAPESQUISA SOBRE OS DESAFIOS DA INCLUSÃO** <sup>[1]</sup>

### Resumo

A pesquisa apresenta uma análise comparativa dos desafios relacionados à implementação de duas políticas de democratização do acesso à educação superior, baseada em dois conjuntos de teses defendidas em programas de pós-graduação em educação em 10 anos. Na face privada, as teses tratam do Programa Universidade para todos; na pública, de cotas em instituições federais. Com base em aporte teórico relacionado ao direito à educação, analisa as principais temáticas e as iniciativas de democratização interna identificadas no conjunto das teses. Trata-se de uma meta-análise de dados que focaliza, além dos principais desafios enfrentados por bolsistas e cotistas, as iniciativas institucionais voltadas para o acolhimento e permanência desses estudantes, bem como as principais recomendações para a efetividade dessas políticas. Os resultados parciais mostram semelhanças relacionadas às temáticas e fontes de pesquisa, em ambos os conjuntos, porém uma discussão mais explícita sobre a questão racial nas teses sobre as cotas, assim como presença mais significativa de referenciais teóricos vinculados à ideia de direito à educação.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas, Lei de Cotas, Prouni. Pesquisa em Política Educacional. Metapesquisa.

### INTRODUÇÃO

As ações afirmativas voltadas para a educação superior são políticas governamentais públicas ou privadas que visam corrigir desigualdades sociais acumuladas ao longo de anos, buscando oferecer igualdade de oportunidades e combater o preconceito e o racismo. No

ensino superior público, ampara-se na Lei 12.711/12, a Lei de Cotas. No setor privado, foi criado o Prouni, em 2005, com o objetivo de ampliar a escolaridade de jovens de 18 a 24 anos, a partir da constatação de que, naquele momento, apenas 13,2% da população dessa faixa etária estava matriculada em cursos de graduação, abaixo do índice de 24% da América Latina. Não obstante o reconhecimento de que o crescimento do acesso ao ensino superior, no geral, é positivo, algumas questões merecem uma investigação que possibilite responder determinadas questões relacionadas ao efetivo exercício do direito à educação por parte dos bolsistas do Prouni e dos cotistas de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, por outro. A pesquisa busca analisar crítica e comparativamente a produção em teses da área da educação, sobre o Prouni e sobre as cotas em IES públicas, no período de 10 anos, revelando os principais pontos de contato e as diferenças assinaladas na avaliação feita sobre as duas políticas, considerando que ambas visam à democratização do acesso à educação superior.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de estudo documental qualitativo, que focaliza, em 23 teses sobre o Prouni e 29 sobre cotas questões relacionadas à efetivação do direito à educação. É parte de uma metapesquisa mais abrangente que se encontra em andamento. Segundo Mainardes (2018), a metapesquisa tem como objetivo analisar um conjunto de pesquisas, visando contribuir para o desenvolvimento teórico de um campo, área ou disciplina. Após a definição dos objetivos ao segue-se o levantamento das fontes e escolha da amostra. Os passos seguintes são a leitura sistemática a análise, interpretação e síntese. Na pesquisa em tela, as etapas são as seguintes: 1- Identificar, nas teses, aquelas que tratam de modo explícito e direto do direito à educação. 2-Problematizar, com base na literatura sobre direito à educação (McCOWAN, 2016, 2015; DUBET, 2015) os enfoques dados nas teses a questões relacionadas à democratização do ensino superior e ao direito à educação. 3- Elaborar síntese dos principais resultados da pesquisa, de modo a responder as perguntas de pesquisa.

## **RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO**

Um agrupamento inicial das temáticas tratadas nas teses foi feito com base nas categorias “análise da política”, “avaliação da política” (CAVALCANTI, 20027), “avaliação política da política (FIGUEREDO; FIGUEREDO) e de alguns aspectos da política” e “Outros”. Os resultados mostram tanto pontos comuns quanto diferenças significativas, decorrentes da própria natureza e destino das duas políticas. Em relação às semelhanças, a categoria “análise da política”, reúne as teses que abordam temas como acolhimento, impacto da presença dos destinatários das políticas nas IES, evasão, desempenho, dados de perfil, estratégias de “sobrevivência” nas IES, criação de redes de socialização, entre outros subtemas. A categoria “avaliação da política”, que inclui o subtema “efetividade da política”, é encontrada nos dois conjuntos de teses, o mesmo acontecendo, com a categoria “avaliação política da políticas e de alguns aspectos da política”. A categoria “outros” abrange as teses em que seus autores procuraram saber que sentidos são atribuídos às políticas pelos diferentes atores nelas envolvidos. No entanto, diferenças significativas também são encontradas, como,

por exemplo a discussão presente apenas nas teses sobre as cotas sobre a relação raça e classe na implementação da política de cotas, além de outras discussões sobre cotas não raciais e inclusão de indígenas, entre outros temas. Nota-se, portanto, que existem pontos de aproximação e de distanciamento entre as duas políticas, na produção pertinente, passíveis de serem examinadas na continuação da pesquisa, contribuindo para consolidar a produção sobre a democratização do ensino superior, abrangendo, dessa feita uma síntese integrativa dos dois conjuntos de teses, visto que representam duas faces da mesma política, embora tratadas como se independentes fossem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a classificação de Trow (GOMES; MORAES, 2012), a transição histórica dos sistemas de Educação Superior segue três fases principais assim designadas: um sistema de elite, quando a Taxa Líquida de Escolarização (TLE) é de até 15%; um sistema de massas, quando a taxa líquida é de 15 a 33%; e um sistema considerado universal quando a mesma taxa compreende de 33 a 40%. Considerando a proporção de jovens de 18-24 anos que frequentam ou que concluíram uma graduação, o Brasil pode ser considerado, atualmente, um sistema de massa, com uma TLE de 25,5% em 2019 (GRISA e SENKEVICS, 2020). Cabe salientar, contudo, a lentidão com que a abertura do sistema tem se processado, no país, e, ao mesmo tempo, a persistência de desigualdades tanto no que se refere ao sistema como um todo, quanto às disparidades internas ao sistema. São questões relacionadas ao que Dubet (2015) denominou “democratização segregativa”, que aponta também para a utilidade das qualificações acadêmicas e uma forte correlação entre diplomas e empregos. Assim, independentemente dessa expansão para a qual têm contribuído, entre outros fatores, as políticas de Ações Afirmativas, algumas questões permanecem em aberto. Embora se possa dizer que, majoritariamente, os autores das teses são favoráveis à política de cotas e de bolsas, é quase unânime a menção à necessidade de ajustes relacionados à adaptação das IES para uma adequada recepção e acompanhamento desses estudantes. Evidencia-se o despreparo das IES (o que inclui a gestão e também os professores) para lidar com estes estudantes, aspecto que será detalhado mais à frente, ao término da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 10, p. 7-8, 14 jan. 2005.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2022.

CAVALCANTI, P. A. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e análise de políticas públicas**: uma contribuição para a área educacional. 2007. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

- DUBET, Francois. Qual democratização do ensino superior? **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-265, maio/ago. 2015
- FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, set./dez. 1986.
- GOMES, Alfredo Macedo; OLIVEIRA, João Ferreira (Orgs.). **Reconfiguração do campo da educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012.
- GRISA, G. D.; SENKEVICS, A. Souza. Democratização do ensino superior: Perguntas em aberto e tendências da literatura recente. In: SEMINÁRIO DA REGIÃO SUL. Minicurso. ANPAE -Regional Sul. Outubro de 2020.
- McCOWAN, Tristan. As bases conceituais do direito à educação. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 155-182, 2015.
- McCOWAN, Tristan. **Three dimensions of equity of access to higher education**. UCL Institute of Education, London, Published in Compare (2016), 46 (4), 645-665.
- MAINARDES, J. Meta-research in the field of education policy: conceptual and methodological elements. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez. 2018.

---

[1] Pesquisa em andamento financiada pela FAPERJ – Edital APQ1 2021